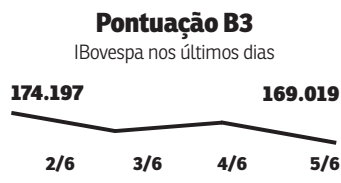
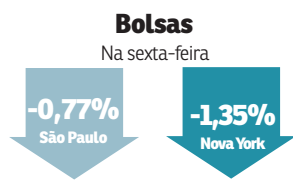




7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 8 de junho de 2026



Na sexta-feira
R\$ 5,157
(+1,78%)

Dólar

	Últimos
29/maio	5,042
1/junho	5,022
2/junho	5,009
3/junho	5,066

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda
na sexta-feira
R\$ 5,943

CDI
Ao ano
14,40%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
14,34%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67

SAÚDE

OS DESAFIOS da canetinha brasileira

Segundo especialistas, a semaglutida aprovada pela Anvisa deve ampliar o acesso ao tratamento do diabetes e da obesidade, mas por ser mais barata, exige maior fiscalização quanto ao uso indiscriminado. Batizado de Ozivy, o medicamento chega ao mercado no dia 15

» >PEDRO JOSÉ*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, em 26 de maio, o registro da primeira caneta de semaglutida sintética para comercialização no Brasil. Batizado de Ozivy, o medicamento foi desenvolvido pelo laboratório brasileiro EMS e chega ao mercado como uma alternativa ao Ozempic e ao Wegovy no tratamento de adultos com diabetes mellitus tipo 2 e obesidade. Com a chegada da novidade, surgem também os desafios. Especialistas ouvidos pelo **Correio** afirmam que é necessária uma fiscalização mais rigorosa, considerando que o preço da medicação é menor do que o das opções que já estão no mercado.

O Ozivy estará disponível nas farmácias a partir de 15 de junho, com preço inicial de R\$ 452 por caneta. A EMS preparou um pacote promocional para os primeiros 90 dias de tratamento por R\$ 863,23, o que reduz o gasto médio mensal para cerca de R\$ 287. O valor é significativamente inferior ao cobrado por medicamentos semelhantes, cujos custos frequentemente ultrapassam R\$ 1 mil por mês.

Alternativa acessível

Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), Cesar Bergo, a chegada da primeira semaglutida sintética produzida no Brasil representa um marco relevante para a indústria farmacêutica nacional e pode abrir caminho para um aumento da concorrência no setor. Segundo ele, o fim da patente da molécula cria um ambiente favorável para que outras empresas também passem a fabricar o medicamento nos próximos anos. "Nesse primeiro momento, o surgimento de uma fabricante já é muito importante, sobretudo em função de reduzir para praticamente a metade o preço do remédio", afirma.

Na avaliação do especialista, a redução dos preços tende a ampliar o acesso ao tratamento para pacientes com diabetes tipo 2

Sweet Life/Unsplash



Ozivy é o primeiro medicamento nacional análogo ao Ozempic aprovado pela Anvisa; a indicação é para obesidade e diabetes tipo 2

e pessoas que utilizam a substância sob acompanhamento médico para controle de peso. No entanto, ele alerta que a maior acessibilidade também pode trazer desafios relacionados ao uso inadequado do medicamento.

"Existe a necessidade de um tratamento contra a obesidade, mas o risco é que o barateamento do preço do medicamento pode levar as pessoas a fazerem automedicação, o que não é recomendável. Tem que haver uma fiscalização com relação ao uso para que não se torne indiscriminado", destaca.

Bergo também chama atenção para outro possível efeito da ampliação da oferta nacional: o combate à entrada irregular de produtos importados no país. Para ele, a fabricação local ajuda a reduzir

a dependência do mercado externo e pode funcionar como um freio ao comércio informal, embora não elimine a necessidade de fiscalização.

"Um preço mais baixo acaba, de alguma forma, criando uma barreira para os produtos importados, embora não impeça a importação, o que exige uma fiscalização aduaneira muito rigorosa. De todo modo, você tem uma produção que gera uma certa autossuficiência no mercado brasileiro, na medida em que surgem novas ofertas e também o barateamento de preços, tornando o tratamento mais acessível", explica.

A endocrinologista e professora do curso de medicina do Centro Universitário Uniceplac, Stephanie Izabel Agatti Nemeth, por

sua vez, avalia que a chegada de uma alternativa nacional mais acessível pode representar um avanço importante no tratamento de doenças crônicas que afetam milhões de brasileiros. Segundo ela, o principal impacto está na ampliação do acesso para pacientes que, embora tenham indicação médica para utilizar a medicação, muitas vezes não conseguem manter o tratamento devido ao alto custo dos produtos disponíveis atualmente. "Quando há maior disponibilidade e concorrência no mercado, existe a possibilidade de ampliar o acesso para pessoas que realmente precisam da medicação", afirma.

A especialista destaca que tanto a obesidade quanto o diabetes tipo 2 são doenças crônicas associadas

a um aumento dos riscos cardiovasculares, renais e metabólicos. Por isso, facilitar o acesso a terapias eficazes pode gerar benefícios que vão além da perda de peso e do controle glicêmico, contribuindo também para a prevenção de complicações futuras.

Stephanie explica que medicamentos dessa classe atuam sobre mecanismos relacionados à saciedade, ao apetite e ao controle da glicose. Embora alguns produtos sejam inicialmente indicados para diabetes e outros para obesidade, a diferença geralmente está na indicação aprovada e nas doses utilizadas durante o tratamento.

"Nas doses iniciais, esses medicamentos já podem melhorar o controle glicêmico, ajudando pacientes com diabetes tipo 2.

Conforme a dose é ajustada, quando indicado e bem tolerado, pode haver também maior efeito sobre o peso corporal. No tratamento da obesidade, esse efeito do emagrecimento é justamente um dos objetivos terapêuticos", explica.

O pedido de registro do novo produto foi protocolado pela EMS em 2023 e seguiu os critérios de prioridade estabelecidos pelo Edital de Chamamento nº 12/2025 da Anvisa. Apesar de ser considerado um análogo do Ozempic, o Ozivy não é classificado como medicamento genérico. A nova caneta recebeu o enquadramento de "medicamento novo", por ser produzida por síntese química a partir de uma molécula originalmente biológica.

A aplicação do medicamento é semanal, por meio de solução injetável. Uma das principais diferenças em relação ao produto de referência está na conservação. Enquanto outras apresentações da semaglutida podem permanecer fora da geladeira após o início do uso, o Ozivy exige armazenamento contínuo sob refrigeração, entre 2°C e 8°C, durante todo o período de utilização.

A venda será realizada apenas mediante apresentação de receita médica em duas vias, conforme as exigências regulatórias aplicadas a medicamentos da mesma categoria.

Embora o registro pela Anvisa represente uma etapa fundamental para a comercialização, ele não garante a disponibilização automática do medicamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para que isso ocorra, o produto ainda precisará passar por avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) e eventual aprovação do Ministério da Saúde.

A EMS também informou que está pretendendo lançar uma nova apresentação com duas canetas de 1 mg por R\$ 896. No entanto, a empresa ainda não divulgou uma data oficial para a chegada dessa versão ao mercado.

*Estagiário sob a supervisão de Fernanda Strickland

COMÉRCIO EXTERIOR

Faep critica a suspensão europeia

» FERNANDA STRICKLAND

A decisão da União Europeia de suspender a autorização para importação de carnes e outras proteínas do Brasil provocou reação imediata do setor produtivo. O Sistema Faep, que representa a agricultura do estado do Paraná, classificou a medida como desalinhada com a realidade do sistema produtivo brasileiro e afirmou que cobrará do governo federal o envio urgente de informações para tentar reverter o bloqueio antes de sua entrada em vigor.

A suspensão, que também atinge exportações do Brasil, foi formalizada em regulamento publicado pela Comissão Europeia e passa a valer a partir de 3 de setembro. A decisão afeta diretamente carnes bovinas, aves,

equídeos, peixes de aquicultura, mel e tripas — um conjunto de produtos com grande peso na pauta exportadora do agronegócio brasileiro.

Em posicionamento oficial, o Sistema Faep destacou que tanto o Paraná e o restante do país mantêm um elevado status sanitário e uma cadeia pecuária organizada e tecnicamente estruturada. A entidade ressalta ainda o reconhecimento internacional de áreas livres de febre aftosa sem vacinação, um dos principais indicadores sanitários utilizados no comércio global de proteína animal.

Para a federação, a decisão europeia não reflete a realidade do campo brasileiro e pode comprometer relações comerciais construídas ao longo de anos. Nesse

contexto, o Sistema Faep informou que pressionará o governo federal para acelerar o envio de dados técnicos exigidos pelo bloqueio, buscando evitar a interrupção das exportações dentro do prazo estabelecido.

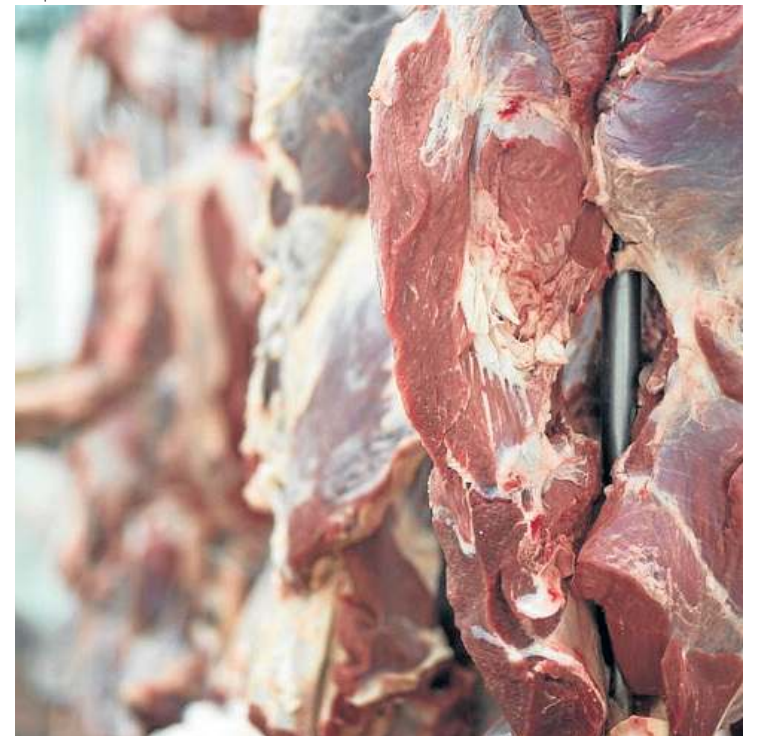
Além da reação da Faep, outras entidades do agronegócio se manifestaram. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) afirmaram que a decisão europeia não decorre de falhas sanitárias na produção brasileira, mas de divergências burocráticas sobre a validação dos processos oficiais de fiscalização pelo Ministério da Agricultura.

Segundo essas entidades, o impasse não estaria ligado à qualidade da produção nacional, mas,

sim à compatibilidade entre sistemas regulatórios distintos, especialmente no que diz respeito ao controle do uso de medicamentos veterinários.

A suspensão das importações evidencia um novo capítulo nas tensões comerciais entre o Brasil e a União Europeia, agora centradas não em tarifas ou cotas, mas em padrões regulatórios e sanitários cada vez mais rigorosos. De um lado, entidades do agronegócio defendem a credibilidade do sistema produtivo brasileiro e alertam para os impactos econômicos da medida. De outro, a União Europeia reforça sua estratégia de controle sanitário baseada na redução do uso de antimicrobianos, alinhada a políticas de saúde pública e à prevenção da resistência bacteriana. **(Com Agência Estado)**

Freepik



A decisão afeta diretamente carnes bovinas, aves, peixes, mel, entre outros